ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Transparência e Integridade
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Transparência e Integridade ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Transparência e Integridade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE
(TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ÍNDICE

Balanços patrimoniais..... 06
Demonstrações do resultado..... 07
Demonstrações do resultado abrangente..... 08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 09
Demonstrações dos fluxos de caixa..... 10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis..... 11

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J. 26.219.946/0001-37

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO de 2022 e 2021

valores expressos em reais

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	680.848	3.199.094
Contas a Receber	5	829.363	3.039.361
Adiantamentos	6	32.437	23.052
Impostos a Compensar	6	419	419
Despesas Antecipadas	6	14.447	3.314
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**1.557.514**	**6.265.240**
NÃO CIRCULANTE			
IMOBILIZADO		**65.793**	**71.500**
Imobilizado	7	65.793	71.500
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**65.793**	**71.500**
TOTAL DO ATIVO		**1.623.308**	**6.336.740**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.532	2.365
Salários e Encargos Sociais	8	543.019	470.150
Obrigações Tributárias	9	965	3.510
Termos de Parcerias	10	1.791.717	5.886.327
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**2.338.232**	**6.362.351**
NÃO CIRCULANTE			
Termos de Parcerias	10	64.757	63.805
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**64.757**	**63.805**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	12	(89.416)	(69.024)
(Déficit) Acumulado do Exercício		(690.266)	(20.392)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(779.682)**	**(89.416)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.623.308**	**6.336.740**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Resultado do Exercicio
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

valores expressos em reais

	Nota Explicativa	2022	2021
Receitas sem Restrições		**671.390**	**533.422**
Doações Pessoa Jurídica	14.a	30.000	8.422
Doações Pessoa Física	14.a	300.601	259.082
Receitas Prestação de Serviços	14.b	57.378	60.850
Receitas Financeiras	17	4.801	1.818
Receitas com trabalhos de voluntários	18	278.610	203.249
(-) Deduções das Receitas		**(5.771)**	**(5.877)**
Impostos Incidentes (Cofins)	17	(146)	(36)
Imposto de Serviços s/Faturamento	14.b	(1.264)	(1.217)
Cofins s/Faturamento	14.b	(4.361)	(4.625)
Receitas com Restrições		**4.437.432**	**4.215.185**
Parceiros Institucionais	14.c	4.381.121	4.187.188
Receitas e Ganhos Financeiros	17	56.311	27.997
(-) Deduções das Receitas Financeiras		**(8.311)**	**(5.712)**
Cofins s/Receitas Financeiras	17	(8.311)	(5.712)
Receita Liquida		**5.094.741**	**4.737.017**
Despesas Operacionais		**(5.757.923)**	**(4.757.410)**
Pessoal	15	(3.190.150)	(2.830.942)
Serviços tomados de terceiros	16	(31.659)	(26.669)
Consultorias e Assessorias	16	(1.458.418)	(1.185.272)
Viagens	16	(292.839)	(19.388)
Ocupação	16	(41.886)	(48.923)
Administrativa	16	(221.310)	(161.189)
Marketing/Desenvolvimento de Parcerias	16	(136.089)	(201.736)
Tributarias	16	(16.944)	(19.505)
Financeiras	17	(58.440)	(31.747)
Depreciações	7 e 16	(31.578)	(28.790)
Trabalhos de voluntários	18	(278.610)	(203.249)
Outras Despesas operacionais		**(27.084)**	-
Perdas operacionais	16	(27.084)	-
(Déficit) do Exercício		**(690.266)**	**(20.392)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

valores expressos em reais

	2022	2021
Déficit do exercício	**(690.266)**	**(20.392)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido	**(690.266)**	**(20.392)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Associação Transparência e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZEMBRO de 2022 e 2021

valores expressos em reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(61.187)	**(7.837)**	**(69.024)**
Incorporação em Patrimônio Social	(7.837)	7.837	-
Déficit do exercício		(20.392)	**(20.392)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(69.024)	**(20.392)**	**(89.416)**
Incorporação em Patrimônio Social	(20.392)	20.392	-
Déficit do exercício		(690.266)	**(690.266)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(89.416)	**(690.266)**	**(779.682)**

Associação Transparencia e Integridade
C.N.P.J./M.F. nº 26.219.946/0001-37

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

valores expressos em reais

	2022	2021
1. Das Atividades Operacionais:		
(Déficit) do Exercício	**(690.266)**	**(20.392)**
Ajustes para reconciliar o déficit do período com o caixa gerado pela /(aplicado nas) das atividades operacionais		
(+) Depreciação e amortização	31.578	28.790
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	(658.687)	8.398
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(Aumento) Redução de Contas a Receber	2.209.998	682.219
(Aumento) Redução do Adiantamento	(9.385)	(16.565)
(Aumento) Redução de Impostos a Compensar	-	2.627
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	(11.133)	479
Total de Acréscimo / (Decréscimo) do AC + ANC	2.189.480	668.761
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
Aumento (Redução) de Salários e Encargos	72.869	85.996
Aumento (Redução) de Obrigações Tributarias	(2.545)	2.544
Aumento (Redução) em Fornecedores	167	(13.308)
Aumento (Redução) Projetos em andamento	(4.094.610)	(454.980)
Aumento (Redução) de Termos de Parceria	952	(333)
Total de Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	(4.023.167)	(380.081)
Total das Atividades Operacionais	(2.492.374)	297.078
2. Atividades de Investimentos:	(25.872)	(19.109)
Aquisições de Ativo Imobilizado	(25.872)	(19.109)
Aumento / (Diminuição) no Caixa e Equivalente de Caixa	**(2.518.246)**	**277.969**
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa Equivalente de Caixa no início do exercício	3.199.094	2.921.125
Caixa Equivalente de Caixa no final do exercício	680.848	3.199.094
Aumento / (Diminuição) no Caixa e Equivalente de Caixa	**(2.518.246)**	**277.969**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Associação Transparência e Integridade, nome fantasia Transparência Internacional Brasil ("TI Brasil"), é uma associação civil, independente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, fundada em 19 de julho de 2016, sob o CNPJ 26.219.946/0001-37.

Somos parte do movimento global da Transparência Internacional ("TI") cuja visão é um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Nossa luta contra a corrupção não é e nunca será um fim em si mesmo. É uma luta por justiça social, realização de direitos e paz.

Entendemos que a corrupção possui raízes profundas e se vale de diferentes condicionantes, desde aspectos legais e institucionais, até comportamentais. Por isso, agimos sobretudo para promover mudanças sistêmicas.

Formamos um grupo de colaboradores e colaboradoras que trabalham no apoio e mobilização da sociedade civil, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades.

Atuamos para dar transparência às informações que ficam na sombra. Pesquisamos, interpretamos, divulgamos os fatos. Trazemos conhecimento para enriquecer o debate e ajudar a sociedade e as instituições a exercerem seu papel na luta contra a força destrutiva da corrupção, que gera injustiça e desigualdade.

1.1. Centros e áreas institucionais e programas temáticos

a. Desenvolvimento Institucional e Governança

A promoção da transparência e de boas práticas de governança são centrais na missão da TI Brasil. Temos na área de Desenvolvimento Institucional e Governança o núcleo responsável por zelar pela governança e pela administração operacional e financeira da organização, nos padrões que defendemos perante a sociedade. Processos e responsabilidades relacionadas a recursos humanos, orçamento, tecnologia e segurança da informação, contabilidade, compliance, planejamento e monitoramento de resultados são dirigidos sob esta área.

b. Comunicação e Engajamento

A ponta de lança de nosso trabalho se dá pela comunicação. Esta área estratégica é responsável pela elaboração e implementação da comunicação para *advocacy* efetivo de nossas mensagens. Produção de conteúdo, gestão de redes sociais, criação original de arte e articulação com diferentes atores e setores da mídia tradicional e digital compõem o escopo de trabalho dessa área.

c. Centro de Conhecimento Anticorrupção

Uma parte fundamental da estratégia da TI Brasil é que o estabelecimento do Centro de Conhecimento Anticorrupção (CCA) possa aproximar a produção de conhecimento da TI a outras comunidades epistêmicas. O CCA tem como meta expandir nossa pesquisa aplicada às especificidades da luta contra a corrupção e servir como vetor de sistematização e compartilhamento de educação e conhecimento anticorrupção, ao mesmo tempo em que promove a mobilização de estudantes, pesquisadores(as) e profissionais do campo.

d. Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção

O Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção (CAIAC) está atualmente em fase piloto. O Centro tem como missão principal fortalecer o trabalho do movimento anticorrupção no Brasil, dando apoio às organizações e ativistas de base que combatem a corrupção nos municípios do Brasil e promovendo o controle social.

e. Programa de Integridade em Mercados Emergentes

A Transparência Internacional acredita que estimular a integridade no setor privado é essencial para que o combate à corrupção seja efetivo. Na TI Brasil, o Programa de Integridade em Mercados Emergentes (PIME) é nosso núcleo de produção de conteúdo e de engajamento em prol da integridade corporativa, estimulando a adoção de melhores práticas de integridade nos negócios no Brasil e levando as lições do caso brasileiro a outros mercados emergentes. O PIME segue a lógica da atuação da TI no Brasil como base para incidir regionalmente e em outras esferas de influência do país.

f. Programa de Integridade Socioambiental

A corrupção no setor ambiental ameaça seriamente a capacidade do Brasil de atingir um desenvolvimento sustentável. A TI Brasil, através do Programa de Integridade Socioambiental (PISA), busca contribuir com a agenda ambiental agregando nosso conhecimento sobre esquemas de corrupção que afetam amplamente os desafios socioambientais, principalmente em áreas sensíveis como o licenciamento ambiental, registro de terras, indústria extrativa, grandes obras de infraestrutura e o financiamento climático. O PISA toma também como referência o histórico de atuação da TI nesta área, em âmbito global, desde a promoção da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas até o Programa de Integridade em Financiamento Climático. As metas são, de um lado, a melhoria dos marcos regulatórios, procedimentos e capacidade institucional de órgãos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos agentes privados. Para gerar uma mudança efetiva e sustentável é preciso identificar claramente as reformas necessárias e assegurar amplo apoio do setor público e outras partes envolvidas (empresas, comunidades, imprensa, entre outros) na implementação dessas mudanças.

g. Programa de Governança e Integridade Pública

A disparidade entre os mecanismos nacionais (nível federal) e subnacionais (níveis estadual e municipal) de controle da corrupção é enorme. A corrupção local afeta mais diretamente o dia a dia das pessoas e, o mais importante, suas redes locais assentam os pilares de suporte da grande corrupção em níveis nacional e transnacional. Porém, a corrupção local, embora disseminada, em geral é realizada com esquemas relativamente pouco sofisticados, que podem ser identificados e reprimidos com mais facilidade que aqueles da grande corrupção. Os maiores desafios nesse caso são as muitas frentes de atuação, a falta de capacidade do estado e da sociedade civil e os contextos potencialmente violentos que impedem o controle social através do medo. Com a difusão do conhecimento, desenvolvimento de capacidades e de condições seguras, soluções simples contra a corrupção poderão ser replicadas com eficiência em milhares de municípios brasileiros. O Programa de Governança e Integridade Pública da TI Brasil tem como metas, de um lado, o avanço dos sistemas e processos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos atores privados.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro.
A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Associação em 28 de junho de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(i)Nota Explicativa nº 7: Valor residual do ativo imobilizado e como também a vida útil.

e. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i)Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii)Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros que a Associação possui são representados por: Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

(iii)Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv)Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(v)Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
Os passivos financeiros que a Associação possui são representados por: fornecedores.

c. Ativo imobilizado

(i)Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii)Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii)Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i)Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii)Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

e. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

(i)O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As verbas de contratos de projetos recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros:

(ii) Recursos: Quando ocorre o contrato de parceria é reconhecido um ativo em contrapartida ao projeto a executar (termos de parcerias) no passivo circulante.

(iii) Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as receitas correspondentes as despesas geradas em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionado aos contratos de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com os projetos restritos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica. Tratando-se de contratos de projetos sem restrições as despesas e receitas seguem o regime contábil de competência de exercício.

g. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação registrou o montante de R$ 278.610 (2022) e de R$ 203.249 (2021) referente a trabalhos voluntários.

h. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	12.688	3.689
Banco (recursos livres)	286	1.653
Aplicação financeira (recursos livres)	667.874	3.193.751
	680.848	3.199.094

Representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata 13,22%a.a. e 13,18% a.a até a data do balanço.

5. Contas a receber

a. Composição

	2022	2021
Doações Plataforma (PF)	1.910	1.346
The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	-	953.961
NDI for International Affairs	101.603	-
Danida International Development Cooperation	-	154.093
ICS - Instituto Clima e Sociedade	-	125.000
Transparency International - Secretariat	393.515	1.098.071
United Nations of the World	-	9.478
Freeland Foundation	332.335	697.412
	829.363	3.039.361

Vale ressaltar que os projetos apoiados pelos financiadores acima mencionados estão descritos na Nota Explicativa nº 10.

b. Idade dos saldos do contas a receber

Abertura por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é conforme segue:

	2022	2021
A vencer		
Até 30 dias	85.013	169.927
De 31 a 60 dias	26.120	-
De 61 a 90 dias	346.863	-
Acima de 91 dias	269.764	2.715.341
	727.760	2.885.268
Vencidos		
De 31 a 60 dias	101.603	154.093
	101.603	154.093
	829.363	3.039.361

6. Outros Ativos Circulantes

Descrição	2022	2021
Adiantamento Salarial	-	1.586
Adiantamento de Férias	4.794	7.230
Adiantamento para Viagens	3.076	250
Adiantamento a Fornecedores	13.135	2.555
Outros Adiantamentos	11.432	11.431
Total Adiantamentos	32.437	23.052
IRRF a compensar	419	419
Total Impostos a Compensar	419	419
Prêmios de Seguros a Apropriar	10.709	1.112
Outras Despesas Antecipadas	11	12
Cartões Corporativos	3.727	2.190
Total Despesas Antecipadas	14.447	3.314
	47.303	26.785

7. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	2022	2021
Equipamentos Proc. Dados	156.399	(116.478)	65.793	71.500
	156.399	(116.478)	65.793	71.500

Descrição	2021	Adições	Depreciação do exercício	2022
Equipamentos Proc. Dados	71.500	25.872	(31.578)	65.793
	71.500	25.872	(31.578)	65.793

8. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Provisão e encargos sociais sobre férias	302.484	296.505
Salários e ordenados a pagar	95.960	81.630
INSS a recolher	52.041	51.613
FGTS a recolher	18.122	-
IRRF s/Folha de Pagamento a Recolher	68.653	38.829
PIS s/Folha de Pagamento a Recolher	3.009	1.573
Bolsa Auxilio-Estágio a pagar	2.750	-
	543.019	470.150

9. Obrigações tributárias

	2022	2021
COFINS A RECOLHER	316	2.572
ISS A RECOLHER	-	400
IRRF A RECOLHER	179	131
PCC A RECOLHER	470	407
	965	3.510

10. Termos de parceria

a. Composição saldos

Os recursos são provenientes de empresas privadas destinadas ao cumprimento do objeto social da Associação Transparência e Integridade. O montante reconhecido como receita restrita no resultado do exercício, a junção das aplicações com o imobilizado, é de R$4.381.121, (nota explicativa nº 14.c). O saldo inicial de R$5.950.132 referente a 2021 foi aplicado durante 2022 e o saldo remanescente, no montante R$1.856.474, será aplicado em programas no exercício de 2023 e se refere ao saldo dos financiadores conforme abaixo:

		Movimentação Recursos 2022				
	2021	Captação	Aplicação	Rendimentos	Imobilizado	2022
TI SECRETARIADO	**234.585**	**109.213**	**(280.352)**	**8.974**	**-**	**72.420**
11.04 - ARBAC	234.585	(18.559)	(210.322)	7.813	-	13.517
11.05 - GACC22	-	127.772	(70.030)	1.161	-	58.903
COOPERACAO INTERNACIONAL	**2.009.649**	**67.885**	**(1.634.888)**	**39.401**	**1.911**	**483.958**
12.01 - NORUEGA 18-19	7.941	-	-	-	(3.783)	4.159
12.02 - NORUEGA 19	5.497	-	-	-	(2.072)	3.425
12.05 - NORUEGA 20	1.059.008	(49.848)	(899.977)	28.023	7.766	144.973
12.09 - SANCUS 21	937.202	(140.467)	(476.731)	11.378	-	331.382
12.10 - NDI	-	258.200	(258.181)	-	-	19
FUNDACOES PRIVADAS	**3.534.811**	**(39.529)**	**(2.297.422)**	**103.196**	**(959)**	**1.300.097**
13.01 - FORD	3.535	-	-	-	(1.768)	1.768
13.02 - CLUA 19-20	3.903	-	-	-	(1.735)	2.168
13.03 - LUMINATE 19-20	13.454	-	-	-	(5.027)	8.427
13.04 - OSF 19-21	4.948	-	-	-	(1.872)	3.076
13.08 - MOORE 20	2.477.661	-	(1.561.316)	74.431	9.442	1.000.219
13.09 - JORNADA 20	18.168	(8)	(18.160)	-	-	-
13.10 - FREELAND	654.551	(90.144)	(285.029)	-	-	279.379
13.11 - OSF 21-23	358.590	16	(387.370)	28.765	-	-
13.12 - JORNADA22	-	50.607	(45.547)	-	-	5.060
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS	**171.088**	**(1.555)**	**(169.410)**	**(122)**	**-**	**-**
15.03 - UNCAC	7.317	(1.447)	(5.870)	-	-	-
15.04 - ICS 21- 22	163.770	(108)	(163.540)	(122)	-	-
	5.950.132	**136.014**	**(4.382.073)**	**151.449**	**952**	**1.856.474**

	2022	2021
Circulante	1.791.717	5.886.327
Não circulante	64.757	63.805
	1.856.474	5.950.132

Os valores negativos na coluna de 'Captação", em sua maioria, tratam-se de contratos em moedas estrangeiras que são registrados com a cotação relativa a data de assinatura, porém quando recebido o recurso a cotação é menor que a de registro, fazendo então diminuir o valor relativo ao recurso captado, ou seja, variação cambial negativa na captação do recurso.

Os projetos citados acima que não possuem descritivo (nota explicativa nº 10.c) foram encerrados em 2021, ou em período anterior, e seus saldos em 2022 se referem a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultado de exercícios futuros no passivo.

b. Cronograma de Recebimentos dos Projetos

			Cronograma de Projetos em Andamento					
	Data inicio	Data Final	MOEDA	2020	2021	2022	2023	Total
TI SECRETARIADO								
11.04 - ARBAC	01/09/2021	30/06/2023	USD	-	15.019	30.038	5.006	50.063
11.05 - GACC22	01/04/2022	31/05/2023	USD	-	-	20.000	4.111	24.111
COOPERACAO INTERNACIONAL								
12.05 - NORUEGA 20	01/01/2020	28/02/2023	NOK	1.992.000	1.500.000	1.508.000	242.000	5.242.000
12.09 - SANCUS 21	01/06/2021	31/12/2023	EURO	-	43.349	80.945	61.889	186.183
12.10 - NDI	15/08/2022	31/03/2023	USD	-	-	30.000	19.475	49.475
FUNDACOES PRIVADAS								
13.08 - MOORE 20	13/07/2020	30/09/2023	USD	530.000	270.000	-	-	800.000
13.09 - JORNADA 20	01/09/2020	31/03/2022	USD	11.500	-	-	-	11.500
13.10 - FREELAND	01/10/2021	30/09/2023	USD	-	13.495	40.097	71.395	124.987
13.11 - OSF 21-23	01/02/2021	31/12/2022	USD	-	200.000	-	-	200.000
13.12 - JORNADA22	01/05/2022	31/01/2023	USD	-	-	10.000	-	10.000
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS								
15.03 - UNCAC	01/06/2021	01/02/2022	USD	-	1.500	1.500	-	3.000
15.04 - ICS 21- 22	01/07/2021	30/06/2022	BRL	-	150.000	125.000	-	275.000

c. Especificações dos Projetos

11.04 - ARBAC-19: ADAPTIVE, RISK-BASED APPROACHES TO ANTI-CORRUPTION IN COVID-19 RESPONSES (ARBAC)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Democracy, Human Rights and Labor (DRL) via Transparency International Secretariat
Início: 01/09/2021
Término: 30/06/2023
Valor total: US$ 50,063.60
Breve descritivo: O objetivo deste projeto é capacitar e apoiar a sociedade civil no combate à corrupção para monitorar os mecanismos de compras de emergência, anticorrupção, integridade e transparência da Covid-19 aplicados ao setor de Saúde dos governos municipais. Este programa irá treinar e financiar 10 ONGs anticorrupção locais para aplicar o Ranking de Transparência nas Respostas ao COVID-19 e avaliar os níveis de transparência de seus municípios, estabelecer contato com órgãos de supervisão, reforçar suas estruturas anticorrupção para a emergência pandêmica e manter o controle local responsável pelo poder, possivelmente envolvendo outras ONGs para fazer o mesmo.

11.05 - MOBILIZING THE ANTI-CORRUPTION PERSPECTIVE TO FIGHT LAND-GRABBING AND RELATED ENVIRONMENTAL CRIMES IN BRAZIL (GACC22)

Apoiador: Transparency International Secretariat
Início: 01/04/2022
Término: 31/08/2023
Valor total: € 24.111,00
Breve descritivo: Reduzir os riscos de corrupção, fraude e lavagem relacionados à grilagem de terras e extração ilegal de madeira no Brasil, conforme destacado pelos jornalistas investigativos, requer um conjunto diversificado de soluções. Será feito um relatório de pesquisa sobre corrupção e extração ilegal de madeira cujas recomendações podem ser agrupadas em 4 pilares: (i) fortalecimento da governança florestal e fundiária; (ii) melhorar a transparência, políticas de dados abertos e responsabilidade social; (iii) mobilização das instituições de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (AML) e (iv) agilização dos sistemas de controle e fiscalização. Nossa pesquisa também mostra que a grilagem de terras é muitas vezes o primeiro passo da extração ilegal de madeira para reivindicar os direitos de explorar os recursos madeireiros em áreas florestais griladas.

12.05 - SUPPORT TO TI BRAZIL (NORUEGA 20)

Apoiador: The Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Início: 01/01/2020
Término: 31/12/2022 com extensão para 28/02/2023.
Valor total: NOK 5.000.000,00 com extensão de NOK 200.000,00
Breve descritivo: O apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

12.09 - SANCUS: STRENGTHENING ACCOUNTABILITY NETWORKS AMONG CIVIL SOCIETY (SANCUS 21)

Apoiador: European Initiative for Democracy and Human Rights (EIDHR)
Início: 01/06/2021
Término: 30/12/2023
Valor total: € 186.183,38
Breve descritivo: Visa melhorar a responsabilização democrática das instituições públicas em todo o mundo, capacitando as OSCs a exigirem mudança para lidar com os déficits de responsabilidade e anticorrupção. O secretariado da Transparência Internacional é coordenador global, quatro capítulos da TI são responsáveis pela coordenação regional e implementação nacional em seus país, bem como 17 OSCs nacionais serão responsáveis pela implementação nacional, incluindo o Parceiro de este acordo. A TI Brasil é responsável pela entrega de atividades de nível nacional em seu próprio país.

12.10 – ELEIÇÕES SEGURAS (NDI)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa National Democratic Institute for International Affairs (NDI)
Início: 15/08/2022
Término: 15/12/2022
Valor total: US$ 49.475,00
Breve descritivo: Ampliar a ocupação pela sociedade civil de espaços estratégicos para aumentar a confiança no processo eleitoral brasileiro; conscientizar sobre os riscos de segurança e disseminar medidas de mitigação entre os membros do Pacto pela Democracia e outros atores defensores da democracia.

13.08 - REDUCING SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE AMAZON (MOORE 20)

Apoiador: Gordon and Betty Moore Foundation
Início: 01/07/2020
Término: 31/12/2022
Valor total: US$ 800,000.00
Breve descritivo: Redução do impacto social e ambiental de projetos de infraestrutura na Amazônia: (i) defendendo instituições de controle federais e estaduais (Tribunais de Contas e Controladores da União e do Estado do Amazonas) para aumentar a quantidade e/ou a qualidade das auditorias ambientais e de integridade nas BR-319, (ii) advogando mudanças institucionais e regulatórias na estrutura das instituições de controle para aumentar a quantidade e a eficácia de seu trabalho em defesa do meio ambiente; e (iii) aumentando e disseminando o conhecimento das organizações da sociedade civil sobre como essas instituições podem atuar em defesa do meio ambiente no contexto da BR-319 e em outros locais da região amazônica.

13.09 - CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO (JORNADA 20)

Apoiador: Climate and Land Use Alliance
Início: 01/09/2020
Término: 31/03/2022
Valor total: US$ 11,500.00
Breve descritivo: O propósito é apoiar a criação de campanhas de comunicação da TI Brasil que alavanquem pesquisa de segmentação de audiência.

13.10 - EXPANDING DETECTION, INTERDICTION, INVESTIGATION AND CASE ADJUDICATION OF CROSSBORDER WILDLIFE TRAFFICKING THROUGH BRAZIL (FREELAND)

Apoiador: U.S. Department of State pelo programa Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL) em parceria com a Freeland Foundation.
Início: 01/10/2021
Término: 30/09/2023
Valor total: US$ 124,986.50
Breve descritivo: Visa aumentar a capacidade de combate ao tráfico de espécies silvestres pelos órgãos públicos brasileiros. Os principais resultados esperados incluem o aumento da capacidade dos órgãos de detecção e investigação desse crime, a melhora da responsabilização administrativa e penal, o aumento da coordenação transnacional e a diminuição das oportunidades de corrupção e lavagem de ativos. O Projeto será executado em parceria com Freeland Brasil, WWF Brasil e IFAW.

13.11 - GENERAL SUPORT TO T.I. BRAZIL 2021-2023 (OSF 21-23)

Apoiador: Foundation to Promote Open Society.
Início: 01/02/2021
Término: 31/07/2023
Valor total: US$ 200,000.00
Breve descritivo: O apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

13.12 - DIÁLOGO BRASIL JORNADA DE COMUNICAÇÃO E AUDIÊNCIAS 2 (JORNADA 22)

Apoiador: The Climate and Land Use Alliance ("CLUA")
Início: 01/05/2022
Término: 31/01/2023
Valor total: US$ 10.000,00
Breve descritivo: O objetivo do projeto é continuar a apoiar a criação de meios de comunicação nas campanhas no Brasil que alavancam a pesquisa de segmentação de público (Audience-Centered Comms).

15.03 - UN CONVENTION AGAINST CORRUPTION (UNCAC)

Apoiador: UNCAC Coalition
Início: 01/06/2021
Término: 01/02/2022
Valor total: € 3.000,00
Breve descritivo: O propósito é pesquisar e escrever um relatório paralelo da sociedade civil sobre a implementação das disposições da UNCAC pelo Brasil na lei e na prática.

15.04 - GOVERNANÇA CLIMÁTICA E CORRUPÇÃO (ICS 21-22)

Apoiador: Instituto Clima E Sociedade - ICS
Início: 01/07/2021
Término: 30/06/2022
Valor total: R$ 275.000,00
Breve descritivo: Elaboração e lançamento de relatório "Atlas de Clima e Corrupção" que apresente as principais conexões entre clima e corrupção; "Ranking da Transparência e Combate à Corrupção nos governos estaduais" - Desenvolvimento de metodologia, coleta e análise de dados e lançamento do ranking, que incluirá indicadores relacionados a benefícios fiscais e econômicos, regulamentação do lobby e proteção de denunciantes, bem como outros possíveis temas que tenham conexão com a agenda climática.

Os projetos não citados acima não possuem descritivo pois foram encerrados em 2021, ou anterior, e seus saldos em 2022 se referem apenas a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultados de exercícios futuros no passivo.

11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram constituídas provisões, pois não foram identificadas ações judiciais e/ou administrativas de nenhum tipo. Associação segue as normas contábeis e caso seus assessores jurídicos identificassem ações judiciais e/ou administrativas com provável risco de perda, que acarretariam desembolso de recursos mensuráveis com razoável nível de segurança, reconheceria provisão judicial. Existe na esfera administrativa uma Representação apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em abril de 2022 na qual a Organização solicitou seu ingresso como interessada e cujo pedido, até o momento, não foi apreciado.

12. Patrimônio líquido

O Patrimônio Social é composto por déficit ou superávit dos exercícios, aprovados pela Assembleia Geral. Em 2021 o déficit foi de R$20.392 sendo incorporado em 2022 ao valor anterior do patrimônio líquido de R$69.024 conforme apontado na Demonstração de mutação do patrimônio líquido.

13. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

14. Receita

a. Receita sem Restrição (Doações Pessoas Físicas e Jurídicas)

	2022	2021
Associacao Data Privacy Brasil	30.000	-
Embaixada da Comunidade da Austrália	-	8.422
Doação Pessoa física (individuais e plataforma)	30.602	42.082
Haakon Lorentzen	152.040	116.954
Ingeborg Lorentzen Ribeiro	34.566	26.590
Regnhild Lorentzen	20.096	40.998
Victoria Ragna Lorentzen	53.297	15.459
Teresa Cristina Bracher	-	10.000
João Gomez	10.000	7.000
	330.601	267.505

b. Receita sem Restrição (Prestação de Serviços)

	2022	**2021**
Prestação de Serviços	57.378	60.850
(-) Deduções das Receitas	(5.625)	(5.842)
	51.753	55.008

Sob a liderança de seu Centro de Conhecimento Anticorrupção, a TI Brasil executou em 2022 a produção de boletins sobre o cenário jurídico e institucional anticorrupção, com o objetivo de documentar, informar e analisar eventos relevantes em nível nacional. Esse boletim é um serviço prestado pela Transparência Internacional Brasil com foco em Missões diplomáticas e câmaras de comércio, e por ser uma iniciativa sem fins lucrativos, a receita deste trabalho é totalmente revertida para apoiar a sustentabilidade da missão da TI Brasil.

c. Parceiros institucionais (receitas com restrições)

	2022	2021
PROJETOS RESTRITOS - TI SECRETARIADO		
11.01 - TI-S	-	23.979
11.03 - CSTI 20	-	42.468
11.04 - ARBAC19	210.321	-
11.05 - GACC22	70.030	-
PROJETOS RESTRITOS - COOPERACAO INTERNACIONAL		
12.01 - NORUEGA 18-19	3.783	3.783
12.02 - NORUEGA 19	2.072	2.072
12.05 - NORUEGA 20	892.211	938.799
12.06 - CANADA 20-21	-	91.752
12.07 - REDLAD 20	-	125.153
12.08 - DINAMARCA 20	-	170.290
12.09 - SANCUS 21	476.731	234.147
12.10 - NDI	258.181	-
PROJETOS RESTRITOS - FUNDACOES PRIVADAS		
13.01 - FORD	1.768	1.768
13.02 - CLUA 19-20	1.735	178.911
13.03 - LUMINATE 19-20	5.027	5.027
13.04 - OSF 19-21	1.872	27.649
13.08 - MOORE 20	1.551.874	1.380.159
13.09 - JORNADA 20	18.160	30.324
13.10 - FREELAND	285.029	42.861
13.11 - OSF 21-23	387.370	742.746
13.12 - JORNADA22	45.547	-
PROJETOS RESTRITOS - ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS		
15.01 - ICS 19-20	-	4.960
15.02 - UNODC	-	15.034
15.03 - UNCAC	5.870	11.564
15.04 - ICS 21-22	163.540	113.742
	4.381.121	4.187.189

Vale ressaltar que os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 10.

15. Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários e Ordenados	1.735.135	1.490.456
INSS	459.245	387.148
13º Salário	215.101	189.301
Férias	217.446	227.009
Fgts	149.673	130.879
Vale refeição/Refeitório	123.632	112.844
Adicionais Horas extras	20.255	13.622
Ass. Médica e Medicina do Trabalho	72.376	82.145
Aviso Prévio e Indenizações	16.573	6.056
Provisão INSS Férias	41.684	50.754
Cursos e Treinamentos	5.346	13.145
Estagiário	2.667	7.379
Pis Folha de Salários	18.082	15.738
Provisão FGTS Férias	13.072	15.560
Autônomos	33.441	17.849
Provisão Pis Férias	1.634	2.084
Outras despesas com Pessoal	64.788	68.971
	3.190.150	2.830.942

No dia 31 de dezembro de 2021 a entidade possuía 17 funcionários e em 31 de dezembro de 2022 esse número manteve-se.

“Outras despesas com Pessoal” contém despesas com Auxílio de infraestrutura, para cobrir as despesas dos funcionários trabalhando em regime de home office; Despesas com seguro de vida para os funcionários; e contribuições sindicais.

16. Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Consultorias e Pesquisas	1.352.403	1.080.581
Comunicação, Tradução e Revisão	84.388	124.819
Licença de Uso de Software	166.178	112.805
Plataformas, Eventos, Fotografia e Filmagem	35.847	83.943
Contabilidade e Auditoria	61.571	68.731
Aluguéis e Condomínios	41.886	46.698
Recursos Humanos	44.443	35.960
Depreciação	31.578	28.790
Material de Consumo e Manutenção	28.492	27.964
ITCMD	15.400	18.960
Passagens	182.789	11.522
Outras despesas administrativas e Captação	21.076	11.410
Serviços Gráficos	39.491	9.626
Telefone, Celular e Internet	5.911	6.086
Informatica	1.507	5.892
Hospedagens	68.917	3.310
Alimentação	16.164	2.570
Seguros	4.740	2.514
Assinatura de Jornais, Revistas e Periodicos	2.135	2.098
Correios	600	1.729
Condução e Taxi	19.426	1.697
Doações efetuadas	-	1.356
Brindes, Presentes e Cortesias	-	719
Cartório	15	602
Outros Impostos e Taxas	1.545	545
Motoboy e entregas	-	379
Material de Escritório	-	122
Impressões	4.221	44
Perdas Operacionais	27.084	-
	2.257.807	1.691.472

“Perdas Operacionais” referem-se ao projeto (12.08 – Dinamarca 20) cujo recebimento seria efetuado após a entrega do relatório financeiro do projeto auditado, porém nesse período iniciou-se a guerra na Ucrania e a moeda desvalorizou drasticamente nos países da União Europeia, com isso, mesmo esperando a moeda se refortalecer, o encerramento gerou uma perda pela variação de câmbio nos fundos recebidos não prevista.

17. Resultado Financeiro Líquido

	2022	2021
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(8.111)	(6.368)
Juros e multas passivas	(12)	(2.980)
IRRF s/aplicações financeiras	(48.061)	(22.286)
Despesa com operação de câmbio	(2.256)	(113)
	(58.440)	(31.747)
Receita financeira		
Rendimento Aplicações Financeiras	59.971	28.980
Cofins s/Receitas Financeiras	(8.457)	(5.748)
Receita com operação de câmbio	167	341
Outras receitas financeiras	975	495
	52.656	24.068
	(5.784)	(7.679)

18. Trabalho Voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durantes os exercícios de 2022 e 2021.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	2022		
Descrição	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	Total
Conselho Diretor	180	1.362	245.222
Conselho Fiscal	16	1.362	21.798
Pesquisadores	960	12	11.590
			278.610

	2021		
Descrição	Horas Dedicadas	Custo médio Hora	Total
Conselho Diretor	126	1.362	171.656
Conselho Fiscal	20	1.362	27.247
Pesquisadores	360	12	4.345
			203.248

19. Renúncia fiscal

A Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022:
IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

A Associação é isento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997.

A Associação não é contribuinte do PIS na modalidade "Faturamento", sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme IN 247/2002.

20. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

Devido ao fato da decisão ser, substancialmente, referente à contribuição de CLLS, tributo objeto de renúncia pela Associação, entende não haver qualquer impacto a ser considerado em referência a este tema.